

Português

TEXTO 1 – CONSTRUIR A REALIDADE

José Antonio Marina

Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.

Felizmente, a inteligência nos permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas. O pensamento liberta! Não nos contentamos em conhecer, não nos basta possuir, não somos seres passivos. Nossos projetos buscam conectar-se à realidade e ampliá-la. Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda, pois desejam mudar sua própria realidade, ainda que os resultados sejam pequenos. Então, por que continuam lendo? Porque a simples ideia de que “se pode” mudar enche o coração de esperança.

Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade, sem poder agir, limitados pelas contingências da vida. Felizmente, a inteligência nos diz que, dentro de certos limites – a morte é um deles –, a realidade não está totalmente decidida; está esperando que acabemos de defini-la. A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo. A vida é um conjunto de possibilidades que devem ser construídas. Por isso, nada é definitivo, tudo está por vir. As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos.

Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades. Cada coisa é uma fonte de ocorrências, cada ponto se converte na intersecção de infinitas retas, ou de infinitos caminhos. Cada vez mais se desfazem os limites entre o natural e o artificial.

1. “Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito.”

Nesse primeiro período do texto 1, o autor resume um projeto de vida para o homem; nesse projeto, o único elemento inadequadamente definido é:

- (A) agentes da ação: o autor e seus leitores;
- (B) motivação da ação: desejo de viver livremente;
- (C) ação: construção de caminhos;
- (D) finalidade da ação: alcançar a liberdade;
- (E) meio da ação: procurar construir caminhos.

2. “Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades”; no contexto em que está inserido (texto 1), o segmento tem função de:

- (A) ordem;
- (B) conselho;
- (C) advertência;
- (D) apelo;
- (E) ironia.

3. Na frase “Todos queremos viver em liberdade”, o exemplo de concordância verbal em “Todos queremos” se repete na seguinte frase:

- (A) Não são criativos todos os brasileiros;
- (B) Os candidatos estamos preocupados com a prova;
- (C) V. Exa . parece entristecido;
- (D) Todos nós desejamos a liberdade;

- (E) A gente não deseja mais viver.

4. “procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito”; a forma adequada da transformação da oração reduzida sublinhada em oração desenvolvida é:

- (A) para o alcance desse propósito;
- (B) para que alcançássemos esse propósito;
- (C) para alcançarmos esse propósito;
- (D) para que alcancemos esse propósito;
- (E) para que esse propósito fosse alcançado.

5. Ao dizer que “Ficamos em uma rua sem saída”, no final do primeiro parágrafo, o autor do texto 1 se refere:

- (A) à demorada procura da solução de um problema;
- (B) ao surgimento de um problema em nosso caminho;
- (C) à incapacidade de agirmos livremente;
- (D) ao encontro de limitações e dificuldades;
- (E) à possibilidade de descobrir um caminho.

6. “Se um problema atravessa nossas vidas, / nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”; o segundo segmento desse trecho do texto 1, em relação ao primeiro, funciona como sua:

- (A) explicação;
- (B) conclusão;
- (C) condição;
- (D) consequência;
- (E) concessão.

7. “Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.” A inversão de termos em uma das frases desse primeiro parágrafo do texto 1 que se torna inadequada por modificar o sentido original é:

- (A) todos queremos viver em liberdade / todos queremos em liberdade viver;
- (B) procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito / para alcançar esse propósito procuramos construir caminhos;
- (C) se um problema atravessa nossas vidas / se um problema nossas vidas atravessa;
- (D) nos sentimos impossibilitados / sentimo-nos impossibilitados;
- (E) ficamos em uma rua sem saída / ficamos sem saída em uma rua.

8. “Felizmente, a inteligência permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas”; a forma de reescrever-se o segmento sublinhado que respeita o paralelismo sintático é:

- (A) permite o encontro de soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (B) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criação de alternativas;
- (C) permite que encontremos soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (D) permite que encontremos soluções e nos possibilita a criação de alternativas;

(E) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criarmos alternativas.

9. “Não nos contentamos em conhecer, / não nos basta possuir, / não somos seres passivos”; nesse trecho do texto 1 há três segmentos destacados e, entre eles, as conjunções adequadas seriam:

- (A) mas – já que; (B) e – pois;
(C) pois – e; (D) já que – logo;
(E) porém – dado que.

10. “A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo.”

O par de palavras abaixo que obedece ao mesmo padrão dos adjetivos (bela/feia, justa/injusta, exultante/deprimente) no segmento destacado é:

- (A) transferido/mantido; (B) inédito/desconhecido;
(C) impávido/orgulhoso; (D) eficaz/eficiente;
(E) habitual/inóspito.

11. A frase do texto 1 que se encontra na voz passiva é:

- (A) “nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”;
(B) “não nos basta possuir”;
(C) “então, por que continuam lendo?”;
(D) “nos sentimos presos à realidade”;
(E) “cada vez mais se desfazem os limites”.

12. “As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos”; o termo que equivale exatamente ao segmento sublinhado é:

- (A) ao encontro delas; (B) de encontro a elas;
(C) junto delas; (D) em companhia delas;
(E) contra elas.

13. O título dado ao texto 1 é “construir a realidade”; o segmento do texto que se liga diretamente a esse título é:

- (A) “O pensamento liberta!”;
(B) “Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda”;
(C) “Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade”;
(D) “A vida é um conjunto de possibilidades”;
(E) “Nossos projetos buscam conectar-se à realidade”.

TEXTO 2 – A REALIDADE PERCEBIDA PELOS ANIMAIS

É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos. Todavia, os animais captam estímulos que nós não captamos. O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.

O biólogo alemão von Uexküll assinalou que cada espécie animal vive em um mundo próprio, ao que chamou *Umwelt*.

14. Segundo o texto 2, as diferentes espécies animais apresentam percepções distintas do mundo porque:

- (A) os animais não captam estímulos que nós captamos;
(B) sua inteligência e seus sistemas são distintos dos nossos;
(C) cada espécie vive em um mundo próprio;
(D) empregam órgãos que nós não possuímos;
(E) os animais não usam somente a inteligência.

15. Os exemplos dos animais citados no texto 2 servem para mostrar que os animais:

- (A) são diferentes de nós;
(B) também possuem inteligência;
(C) captam estímulos que nós não captamos;
(D) podem ouvir mais do que os humanos;
(E) vivem num mundo equilibrado.

Administração

1. O planejamento, a organização, a direção e o controle são funções básicas do administrador e constituem o chamado processo administrativo. Com relação às descrições das funções administrativas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Planejamento: formula os objetivos e os meios para alcançá-los.
() Organização: desenha o trabalho, aloca os recursos e coordena as atividades.
() Direção: designa pessoas, dirige seus esforços, as motiva e lidera.
() Controle: monitora as atividades e corrige os desafios.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V - V - V - V. b) V - F - V - V.
c) F - V - F - V. d) V - V - F - F.
e) V - V - F - V.

2. Quando o administrador atua corrigindo a atuação de seus subordinados, objetivando o atingimento das metas estabelecidas, está desempenhando uma das funções próprias de administrar, correspondente

- a) ao controle. b) à indução.
c) ao planejamento. d) à coordenação.
e) ao ajuste espontâneo.

3. A direção é uma das funções clássicas da Administração. Dirigir significa:

- a) analisar os planos para os outros e acompanhar, com critérios definidos, a execução desses planos.
b) cumprir os planos com os outros e dar instruções de como traduzir esses planos para o nível tático.
c) interpretar os planos para os outros e dar as instruções sobre como executá-los, em direção aos objetivos a atingir.
d) redigir os planos para os outros e dar as instruções sobre como executá-los, em direção aos objetivos a reescalonar.

4. Um empresário do setor de commodities, após participar de um workshop sobre gestão, decide aplicar uma política salarial em sua empresa pela qual todos receberiam um salário base mais uma comissão em função da produtividade, pautando-se na ideia de que os esforços são exclusivamente relacionados aos incentivos financeiros. Esse entendimento do empresário tem influência da:

- a) abordagem clássica, remetendo ao conceito do homo economicus.
- b) abordagem sistêmica, a qual considera a interação do homem com os fatores extrínsecos.
- c) abordagem contingencial, enfatizando a dependência entre a estrutura organizacional e o ambiente no qual está inserida.
- d) abordagem estruturalista, priorizando a eficácia à forma.
- e) abordagem humanística, ressaltando as necessidades básicas do ser humano associadas às finanças.

5. Uma importante abordagem da administração foi desenvolvida no início da década de 1930. Ela visava a entender como os processos psicológicos e sociais interagem com a situação de trabalho para influenciar o desempenho, e como a produtividade e o comportamento dos empregados são influenciados pelo grupo de trabalho informal. Essa abordagem de administração foi denominada

- a) Psicologia Dinâmica
- b) Experiência de Hawthorne
- c) Teoria das Relações Humanas
- d) Teoria Neoclássica
- e) Teoria Comportamental da Administração

6. Uma organização do terceiro setor, buscando promover a impessoalidade nas suas contratações, decide realizar um processo de admissão semelhante à dos concursos públicos, por meio da aplicação de provas e análise de títulos. Sobre esse modelo de contratação, é possível afirmar que ele está relacionado com a teoria de administração chamada de:

- a) clássica.
- b) comportamentalista.
- c) neoclássica.
- d) burocrática.
- e) sistemática.

7. O planejamento é a função administrativa de maior importância para o sucesso da organização. Uma empresa sem planejamento não consegue definir corretamente as suas metas e nem reunir esforços ou recursos para conquistar seus objetivos. Por outro lado, uma organização que consegue elaborar corretamente o seu planejamento, minimiza os riscos e maximiza o alcance de seus resultados. Sobre o processo de planejamento no nível institucional ou estratégico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É projetada a longo prazo, focalizando o futuro e o destino da organização.
- () Envolve cada departamento ou setor, em separado.
- () Resulta em ações específicas, pois focaliza o imediato/presente.
- () Envolve a organização como um todo e propõe ações globais

A sequência está correta em

- a) F, F, F, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, V, V, F.
- d) F, F, V, V.
- e) V, F, F, F.

8. Em termos de abrangência, os planos de um planejamento podem ser estratégicos, táticos e operacionais. Nesse sentido, a definição de metas para grupos específicos dentro de uma organização e a forte orientação para o contexto da economia local em que está inserida essa organização dizem respeito, respectivamente, aos níveis:

- a) estratégico e tático;
- b) estratégico e operacional;
- c) tático e estratégico;
- d) tático e operacional;
- e) operacional e estratégico.

9. Diversas empresas, inclusive as de petróleo, utilizam no seu planejamento estratégico, ferramentas e técnicas para identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças. Uma dessas ferramentas é:

- a) CRM
- b) MRP I
- c) MRP II
- d) Matriz BCG
- e) Matriz SWOT

10. As metodologias consagradas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas contemplam, como etapa relevante, o denominado diagnóstico institucional, muitas vezes utilizando como ferramenta a Matriz SWOT, que procura identificar

- a) as ações de longo prazo, correspondentes à missão da organização, e as de curto prazo, representativas dos cenários identificados.
- b) os processos de trabalho necessários para a consecução dos resultados almejados em função dos valores institucionais identificados no mapeamento correspondente.
- c) a visão de futuro da organização, correspondente à sua essência e razão de ser, e que faz parte do quadro de indicadores estabelecido nesta etapa.
- d) internamente, as forças e fraquezas da organização e, externamente, os desafios e oportunidades existentes no cenário em que se insere.
- e) os projetos estratégicos da organização e as competências existentes para realizá-los, encadeados em uma representação gráfica na forma de fluxograma.

Legislação

1. Assinale a alternativa correta.

- a) O prazo mínimo para a inscrição dos interessados em concurso público estadual, após a publicação do Edital, é de 90 dias.
- b) A idade máxima para o provimento dos cargos públicos estaduais sujeitos a concurso é de 50 anos.
- c) O provimento de cargo público estadual dependerá sempre de concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto para o provimento de cargos em comissão.
- d) A posse terá lugar no prazo improrrogável de 30 dias após a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado.
- e) O servidor público estadual ocupante de cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, período em que será avaliado em estágio probatório, por comissão especial de desempenho instituída para essa finalidade.

2. Conforme disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei Estadual no 6.745/1985), é correto afirmar:

- a) É permitida a acumulação de férias.
- b) A nomeação será feita em caráter efetivo para os cargos de livre nomeação e exoneração.
- c) O treinamento constitui atividade inerente aos cargos públicos estaduais.
- d) A admissão ao serviço estadual dependerá, sem exceção, de aprovação prévia em concurso público.
- e) A posse em cargo público terá lugar no prazo de 15 dias improrrogáveis, contados da data de publicação do ato de nomeação no Diário Oficial.

3. De acordo com ato 255 do PGJ são atribuições da Secretaria das Promotorias de Justiça. EXCETO:

- a) atender ao público em geral, nos termos do Ato n. 253/2019/PGJ, procedendo às orientações e aos encaminhamentos devidos, de acordo com as diretrizes e orientações estabelecidas pelo Setor de Atendimento ao Cidadão;
- b) remeter às Promotorias de Justiça no mesmo dia, ou, excepcionalmente, até o dia útil seguinte, o cadastro dos atendimentos realizados e os documentos correspondentes eventualmente digitalizados;
- c) efetuar o protocolo e a digitalização, no sistema informatizado, dos documentos dirigidos à Secretaria ou às Promotorias de Justiça, fornecendo comprovante do sistema ao interessado, nos termos descritos no Manual de Processos de Trabalho das Secretarias das Promotorias de Justiça;
- d) receber e distribuir processos, procedimentos e demais documentos às Promotorias de Justiça, devolvendo-os à origem, quando for o caso;
- e) enviar as correspondências das Promotorias de Justiça no prazo máximo de 5 dias úteis, salvo impossibilidade justificada, a ser informada ao respectivo órgão de execução;

4. De acordo com ato 254 do PGJ e correto afirmar:

- a) A ordem e os documentos que a instruem serão remetidos ao Oficial do Ministério Público, obrigatoriamente, por *e-mail* ou sistema informatizado, que providenciará a impressão das vias necessárias para o cumprimento da diligência.
- b) Excepcionalmente, poderão ser expedidas ordens de diligência fora das situações relacionadas no *caput* deste artigo, com o fim de colher elementos para a instauração de procedimentos investigatórios somente cíveis no âmbito do Ministério Público ou para a requisição de investigação policial.
- c) O membro do Ministério Público que expedir a ordem, quando necessário, fará constar desta as orientações e recomendações destinadas a assegurar os interesses da investigação e a preservar as garantias fundamentais das pessoas nela envolvidas.
- d) Sempre que receber uma ordem de diligência, o Oficial designado para executá-la poderá proceder à sua cuidadosa leitura e buscar, em caso de dúvida, os esclarecimentos necessários perante o membro do Ministério Público responsável.
- e) Cumprida a diligência, deverá o Oficial responsável providenciar, no prazo máximo de 5 dias úteis, a entrega da

cópia da ordem ou do ofício com o "ciente" do destinatário, e, se necessário, certidão minuciosa do ato, assinada digitalmente, a qual deverá descrever toda a ação praticada e eventuais dificuldades enfrentadas na execução da tarefa

5. Conforme a Lei 736, a estrutura de apoio técnico e administrativo dos órgãos do Ministério Público compreende. EXCETO:

- a) Colégio de Procuradores de Justiça
- b) Procuradoria-Geral de Justiça
- c) Subprocuradorias-Gerais de Justiça
- d) Promotorias Regionais de Justiça
- e) Secretaria-Geral do Ministério Público

Direito Constitucional

1. João requereu a matrícula do seu filho de dez anos em determinada escola pública, o que foi indeferido pelo respectivo diretor, por escrito, de modo arbitrário, ilegal e sem qualquer fundamentação.

Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a matrícula do filho de João, que teve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

- A) o habeas data;
- B) o habeas corpus;
- C) o mandado de injunção;
- D) o mandado de segurança;
- E) a reclamação constitucional.

2. No ano em que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", completa 30 anos, merece especial homenagem o título que trata dos direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, o texto constitucional dispõe que é:

- A) permitida a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato, para se evitarem retaliações;
- B) vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- C) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- D) inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo fomentada atividade política e partidária nos cultos religiosos;
- E) assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o resguardo do sigilo da fonte, inclusive quando necessário ao exercício profissional.

3. Determinado Prefeito Municipal, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca, que já contava com dez anos de efetivo exercício na magistratura, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça que o "demitisse" por decisão administrativa. À luz da sistemática constitucional, o referido pedido é incompatível com a garantia constitucional da:

- A) inamovibilidade;
- B) vitaliciedade;
- C) irredutibilidade;
- D) indisponibilidade;
- E) inelegibilidade.

4. Maria solicitou a matrícula do seu filho de 8 (oito) anos na Escola Municipal Beta, o que foi indeferido, por escrito, pelo Diretor, sob o argumento de que a requerente, ao preencher o respectivo formulário, declarara ser filiada a um partido político distinto daquele a que estava filiado o Prefeito Municipal.

Por entender que o indeferimento era incompatível com a ordem jurídica, Maria solicitou que o seu advogado ajuizasse a ação constitucional cabível para que o juízo competente determinasse a matrícula de seu filho na escola. Trata-se da seguinte ação:

- A) habeas corpus;
- B) habeas data;
- C) mandado de segurança;
- D) mandado de injunção;
- E) mandado de educação.

5. Com vistas a permitir que as pessoas se defendam do crescimento vertiginoso da violência na Cidade Alfa, algumas dezenas de pessoas decidem criar, com esse objetivo social, a Associação Beta. Foram estabelecidos como requisitos, para o ingresso na associação, que a pessoa tivesse direito ao porte de arma, que seria usada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e aceitasse vestir o uniforme da associação. Considerando a sistemática constitucional, a Associação Beta:

- A) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- B) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- C) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- D) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação;
- E) só poderia funcionar caso fosse previamente editada lei disciplinando o funcionamento de associações como essa.

6. O Deputado Federal João apresentou projeto de lei dispondo sobre a prestação de assistência religiosa em prisões, a ser ofertada pelas confissões religiosas e sem custo para o Poder Público. Após o curso regular do processo legislativo, foi promulgada a Lei nº XX/2019.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, a referida Lei é:

- A) incompatível com a ordem constitucional, pois o caráter laico do Estado impede a assistência religiosa nas prisões;
- B) compatível com a ordem constitucional, pois esse tipo de assistência religiosa, nos termos da lei, é um direito fundamental;
- C) incompatível com a ordem constitucional, pois o projeto de lei somente poderia ter sido apresentado pelo Presidente da República;
- D) compatível com a ordem constitucional, desde que a assistência religiosa seja simultaneamente oferecida, a cada preso, por todas as religiões existentes;
- E) incompatível com a ordem constitucional, pois as pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos de internação coletiva não têm direito a assistência religiosa.

7. Antônio, Juiz de Direito, com o objetivo de colaborar para o crescimento do País, estava refletindo sobre a possibilidade de se filiar a um partido político e de se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina "Ciência Política."

Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Antônio:

- A) pode exercer o magistério e, autorizado pelo Tribunal, filiar-se a partido político;
- B) apenas não pode filiar-se a partido político;
- C) não pode praticar nenhuma das condutas;
- D) apenas não pode exercer o magistério;
- E) pode praticar ambas as condutas.

8. Pedro, após o trâmite do processo judicial de interdição, teve a sua incapacidade civil absoluta reconhecida. Apesar disso, tinha o sonho de infância de concorrer ao cargo eletivo de vereador. Por tal razão, procurou o seu advogado e perguntou se haveria óbice a que se candidatasse nas próximas eleições.

À luz da sistemática constitucional, o advogado respondeu corretamente que Pedro:

- A) somente poderia concorrer se tivesse autorização expressa do seu curador;
- B) poderia concorrer, pois as instâncias civil e política são independentes;
- C) embora pudesse votar, não poderia concorrer nas eleições, pois estava inelegível;
- D) embora pudesse votar, não poderia concorrer nas eleições, pois estava inabilitado;
- E) não poderia concorrer nas eleições, pois não estava no exercício dos seus direitos políticos.

9. Determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos seus membros. À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado ingressará na ordem jurídica interna com a natureza de:

- A) decreto;
- B) lei ordinária;
- C) lei complementar;
- D) medida provisória;
- E) emenda constitucional.

10) Após amplos debates, um grupo de estudantes concluiu que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão de controle externo do Poder Judiciário; somente é integrado por membros do Poder Judiciário; e tem competência para rever os atos jurisdicionais praticados pelos órgãos controlados.

À luz da sistemática constitucional, essa conclusão está:

- A) totalmente incorreta, já que dissonante da ordem constitucional;
- B) parcialmente incorreta, pois o CNJ também exerce o controle externo sobre outros órgãos;
- C) parcialmente incorreta, já que o CNJ pode controlar atos jurisdicionais quando autorizado;
- D) parcialmente incorreta, pois o CNJ também possui membros estranhos ao Judiciário;
- E) totalmente correta, já que harmônica com a ordem constitucional.

Direito Administrativo

1. Os princípios de Direito Administrativo são postulados básicos fundamentais que permeiam a atuação dos agentes públicos na constante busca da satisfação dos interesses coletivos. Dentre os chamados princípios implícitos, merece destaque o da autotutela, que ocorre, por exemplo, quando:

- a) a penalidade de demissão é aplicada a servidor público que recebeu vantagem indevida no exercício da função, após regular processo administrativo disciplinar;
- b) o Estado garante ao cidadão o direito de acesso à informação, mediante procedimento célere e transparente, com a expedição da certidão requerida;
- c) o Município procede à reintegração de servidor público ilegalmente demitido, atendendo à ordem judicial, com ressarcimento de todas as vantagens;
- d) o Prefeito revoga, por considerar que não é mais oportuno, um decreto sem qualquer vício de legalidade que proibia o estacionamento de veículos em determinada via pública;
- e) o Governador do Estado pratica o ato de nomeação de pessoa não concursada para cargo em comissão, com exercício de função de assessoramento parlamentar.

2. A Administração Pública Indireta decorre da descentralização de serviços e consiste na instituição, pelo Estado, por meio de lei, de uma pessoa jurídica a quem se atribui a titularidade e execução de determinado serviço público, como é o caso de uma:

- a) concessionária que presta serviço público essencial para um município;
- b) fundação privada que tem por objeto a capacitação e a atualização de profissionais na área da educação;
- c) empresa pública que tem personalidade jurídica de direito público;
- d) Câmara Municipal que tem função precípua de produzir legislação em nível municipal;
- e) sociedade de economia mista que tem personalidade jurídica de direito privado.

3. Governador do Estado deseja contratar determinado cantor sertanejo consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, diretamente ou através de seu empresário exclusivo, para fazer um show no réveillon em praça pública para a população. Preocupado em atender aos ditames da Lei nº 8.666/93, o Governador solicitou parecer à Procuradoria do Estado, oportunidade em que foi informado de que a contratação em tela:

- a) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência;
- b) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade convite;
- c) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concurso;
- d) pode ser realizada com inexigibilidade de licitação;
- e) pode ser realizada com dispensa de licitação.

4. Dentre as pessoas jurídicas listadas a seguir, assinale aquela que não se enquadra na disciplina da responsabilidade civil veiculada no artigo 37, § 6º, da CRFB/88.

- a) Empresa pública não prestadora de serviço público
- b) Autarquia
- c) Corporação pública
- d) Agência reguladora
- e) Concessionária de serviço público

5. Os menores Alexandre e Antônio, representados por sua mãe, relatam à Defensoria Pública que seu pai André, de 30 anos, cumpria pena em estabelecimento prisional do Estado do Rio de Janeiro, quando foi morto por outros detentos por enforcamento. Adotando a teoria do risco administrativo, foi esclarecida a possibilidade de ajuizamento de ação, pleiteando, dentre outros, indenização compensatória por danos morais, em razão da responsabilidade civil do Estado. É correto concluir que, nesse caso, foi adotada a

- a) responsabilidade civil objetiva do Estado, não havendo que se perquirir acerca do dolo ou culpa do Estado.
- b) responsabilidade civil objetiva do Estado, havendo necessidade de comprovação do elemento subjetivo.
- c) responsabilidade civil subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação da culpa do Estado, em razão da negligência do poder público.
- d) responsabilidade civil subjetiva do Estado, sendo necessária a identificação do detento autor do homicídio.
- e) responsabilidade civil objetiva do Estado, sendo imprescindível a identificação do autor do homicídio.

6. Manoel, Técnico estável do Ministério Público da área administrativa, praticou infração administrativa prevista no estatuto dos servidores públicos. Após processo administrativo disciplinar, o Procurador-Geral de Justiça aplicou-lhe a pena de demissão. Inconformado, Manoel recorreu ao Judiciário, pretendendo sua reintegração. De acordo com a doutrina e jurisprudência de Direito Administrativo, no caso em tela, em regra, ao Poder Judiciário cabe a análise:

- a) apenas da legalidade do ato impugnado, não podendo se imiscuir na questão de mérito administrativo;
- b) apenas da questão de mérito administrativo do ato impugnado, não podendo se imiscuir na motivação do ato;
- c) da legalidade e do mérito administrativo do ato impugnado, em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição;
- d) da conveniência e oportunidade na prática do ato administrativo impugnado;
- e) da legalidade, conveniência e oportunidade na prática do ato administrativo impugnado, pela soberania jurisdicional.

7. João, Deputado Estadual, fez inflamado discurso na Assembleia Legislativa a respeito da necessidade de serem fiscalizados certos atos praticados pelo Governador do Estado, os quais, no seu entender, eram intensamente prejudiciais ao interesse público. Ao final do discurso, foram travados intensos debates a respeito dos limites da atuação do Poder Legislativo e das demais

estruturas de poder. Diante da narrativa acima, é correto afirmar que:

- a) em respeito ao princípio da separação dos poderes, um Poder não está autorizado a fiscalizar os atos de outro;
- b) a fiscalização do Poder Executivo somente é realizada pelo Tribunal de Contas;
- c) o Poder Legislativo, além de legislar, pode fiscalizar os atos do Executivo;
- d) somente o Poder Judiciário, mediante provocação do legítimo interessado, pode fiscalizar o Executivo;
- e) apenas o Ministério Público está autorizado a fiscalizar os atos do Poder Executivo.

8. José, servidor público federal ocupante do cargo de Técnico Judiciário do TRT, recebeu, para si, a quantia de cinco mil reais em dinheiro, a título de presente, de um reclamante em uma reclamação trabalhista, para agilizar a tramitação de seu processo no cartório judicial da Vara do Trabalho. Posteriormente, José se arrependeu e não alterou a ordem natural de processamento dos feitos de sua responsabilidade, mas não devolveu o valor recebido ao particular. No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92 e com a jurisprudência:

- a) José cometeu ato de improbidade administrativa, por conduta dolosa, ainda que não tenha havido prejuízo ao erário, mas o particular não pode responder por improbidade porque não é agente público;
- b) José não cometeu ato de improbidade administrativa, por arrependimento eficaz, já que não cumpriu o prometido ao reclamante e porque não houve prejuízo ao erário, e o particular também não pode responder por improbidade, pois não é agente público;
- c) José cometeu crime de improbidade administrativa, por conduta dolosa, ainda que não tenha havido prejuízo ao erário, e o particular responde pelo mesmo crime, em concurso de agentes, pois é considerado agente público por equiparação legal;
- d) José cometeu ato de improbidade administrativa, por conduta dolosa que importou seu enriquecimento ilícito, sendo o prejuízo ao erário prescindível para a configuração do ato ímprobo, e o particular também responde por improbidade porque concorreu para o ato;
- e) José e o particular praticaram, em concurso de agentes, crime de improbidade administrativa, na modalidade culposa, porque houve dano moral ao erário que deve ser objeto de ressarcimento por parte dos agentes.

9. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia verificou que determinado gestor estadual percebeu vantagem econômica indevida e direta para facilitar a aquisição de bem imóvel pelo Estado, por preço superior ao valor de mercado. Assim, a Corte de Contas remeteu a documentação pertinente ao Ministério Público Estadual, que ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa. No caso em tela, o gestor está sujeito, no bojo do citado processo judicial, dentre outras, às seguintes consequências pelo ato de improbidade administrativa:

- a) cassação dos direitos políticos, perda da função pública, inscrição no serviço de proteção ao crédito;
- b) pena privativa de liberdade, perda da função pública, suspensão do cadastro de pessoa física;
- c) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário;
- d) proibição de figurar como sócio de qualquer sociedade empresária, perda da função pública e ressarcimento ao erário;
- e) perda da função pública, ressarcimento ao erário, pena privativa de liberdade e cassação dos direitos políticos.

10. Devido à descoberta da pavimentação original em ladrilhos e pedras do século XIX, e com vistas ao incremento do turismo, o Município ABC decide restaurar o seu centro histórico. Para isso, inicia obras de restauro de fachadas e de recuperação do piso original, com a retirada das camadas recentes de asfalto. Com a interdição de algumas ruas para a realização das obras, um posto de gasolina localizado em uma das vias fechadas ao trânsito perderá todo o seu faturamento pelo período de dois meses. Tendo em vista o caso descrito, e considerando a disciplina do ordenamento brasileiro acerca do tema da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- a) o ato praticado é lícito, mas, ainda assim, o Município responde de forma objetiva pelos danos causados.
- b) o Município não responde de forma objetiva pelos atos lícitos, mas apenas pelos ilícitos, o que não resta caracterizado no caso em tela.
- c) por ter causado dano a terceiros, resta configurada a prática de ilícito administrativo, e, portanto, a responsabilidade objetiva do Município.
- d) no caso em tela, resta configurada a responsabilidade do município por omissão, que é subjetiva.
- e) o Município não responde pela prática de atos lícitos.

Raciocínio Lógico Quantitativo

1. Leia a proposição composta abaixo.

"O céu não é rosa e as árvores não são azuis."

Dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém a correta negação dessa proposição.

- a) O céu é rosa e as árvores são azuis
- b) O céu não é rosa ou as árvores são azuis
- c) O céu é rosa ou as árvores não são azuis
- d) O céu é rosa ou as árvores são azuis
- e) O céu é rosa e as árvores são azuis

2. A partir da lei de formação da matriz B:

$$B = (b_{ij})_{3 \times 2} = 3i - 2j$$

Concluimos que a soma de todos os elementos de B é:

- a) 12
- b) -26
- c) 18
- d) -10
- e) 34

3. Quantos anagramas podemos formar com as letras da palavra "público" que terminam com as letras "ico" juntas e nesta ordem?

- a) 1260
- b) 120
- c) 720
- d) 24
- e) 240

4. A figura a seguir mostra dois polígonos regulares iguais, com um vértice em comum e apoiados em uma mesma reta.



Sabe-se que a soma dos ângulos internos de um polígono de n lados é dada por $S = 180^\circ (n - 2)$. A medida do dobro do ângulo assinalado com a letra α é

- A) 32° .
- B) 36° .
- C) 40° .
- D) 48° .
- E) 72° .

5. Eva, Bia e Gal encontraram-se para almoçar e estavam com bolsas parecidas, mas com cores diferentes. Uma bolsa era cinza, outra era marrom e outra era preta. Das afirmativas seguintes, somente uma é verdadeira:

- Eva está com a bolsa preta.
- Bia não está com a bolsa marrom.
- Gal não está com a bolsa preta.

É correto afirmar que

- A) Eva tem a bolsa marrom.
- B) Bia tem a bolsa preta.
- C) Gal tem a bolsa marrom.
- D) Eva tem a bolsa cinza.
- E) Bia não tem a bolsa cinza.

6. Considere a sentença:

"Todo advogado é bom orador."

A negação lógica dessa sentença é:

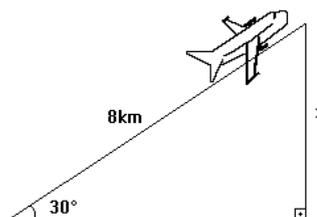
- A) Nenhum advogado é bom orador.
- B) Todo bom orador é advogado.
- C) Nenhum bom orador é advogado.
- D) Algum advogado não é bom orador.
- E) Algum bom orador não é advogado.

7. A negação da afirmativa "Se João vai ao jogo, então o Flamengo perde" é

- A) João vai ao jogo e o Flamengo não perde.
- B) João não vai ao jogo e o Flamengo perde.
- C) João não vai ao jogo e o Flamengo não perde.
- D) Se João não vai ao jogo, então o Flamengo perde.

E) Se João não vai ao jogo, então o Flamengo não perde.

8. Um avião levanta vôo sob um ângulo de 30° . Depois de percorrer 8 km, o avião se encontra a uma altura de:



Dados: $\text{sen } 30^\circ = 0,50$, $\text{cos } 30^\circ = 0,87$, $\text{tg } 30^\circ = 0,58$

- a) 6,96 km
- b) 4,64 km
- c) 4 km
- d) 5 km
- e) 8 km

9. Roberto fez as seguintes afirmações sobre suas atividades diárias: • faço ginástica ou natação. • vou ao clube ou não faço natação. • vou à academia ou não faço ginástica. Certo dia Roberto não foi à academia. É correto concluir que, nesse dia, Roberto

- A) fez ginástica e natação.
- B) não fez ginástica nem natação.
- C) fez natação e não foi ao clube.
- D) foi ao clube e fez natação.
- E) não fez ginástica e não foi ao clube.

10. Considere a sentença: "Se a cobra é verde, então ela não morde ou ela é venenosa". A sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- A) Se a cobra morde e não é venenosa, então ela não é verde.
- B) Se a cobra não é verde, então ela morde e não é venenosa.
- C) Se a cobra não é verde, então ela não morde ou não é venenosa.
- D) A cobra é verde e não morde ou é venenosa.
- E) A cobra não é verde e morde e não é venenosa.